

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL



A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVOS INSTITUCIONAIS E SUA APLICAÇÃO NA PRODUÇÃO DOCUMENTAL DO MUSEU CASA DE RUI BARBOSA

Bianca Therezinha Carvalho Panisset, Fundação Casa de Rui Barbosa,
<https://orcid.org/0000-0002-5568-5225>, Brasil, biancapanisset@gmail.com

Isabella Henrique Lima Pereira, Fundação Casa de Rui Barbosa e Universidade Federal Fluminense, <https://orcid.org/0000-0002-8463-0629>, Brasil, isabellalima@id.uff.br

José Antonio da Silva, Fundação Casa de Rui Barbosa e Universidade Federal Fluminense,
<https://orcid.org/0000-0002-7309-2319>, Brasil, joseantonio@id.uff.br

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

1 Introdução

A pesquisa investiga a representação arquivística no acervo institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), com ênfase na documentação produzida pelo Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB), primeiro museu-casa público do Brasil. Tendo como base a teoria da representação persistente do professor da University College London, Goefrey Yeo (2007; 2008), que entende os documentos como representações duradouras das atividades e dos contextos nos quais foram produzidos, o trabalho parte da premissa de que os arquivos institucionais desempenham um papel central na construção de sentidos sobre os órgãos que os produzem, suas práticas, suas finalidades e suas entregas à sociedade.

Nesse sentido, o problema de pesquisa está centrado em compreender de que forma os documentos arquivísticos produzidos pelo MCRB refletem o seu papel institucional, suas ações de preservação e difusão cultural e sua incorporação na trajetória da própria FCRB. O objetivo geral da pesquisa é promover o entendimento da representação arquivística a partir do acervo institucional da Fundação, com foco na documentação produzida pelo Museu, em processamento técnico.

Esse objetivo se desdobra em três objetivos específicos, a saber: (i) investigar, na literatura arquivística, a inter-relação entre representação arquivística, identificação e gestão de documentos; (ii) identificar a documentação produzida pelo MCRB, com vistas à atualização dos instrumentos de pesquisa do Arquivo Histórico e Institucional; e (iii) localizar e analisar, nos instrumentos descritivos existentes, os documentos que tratam da atuação do Museu junto à sociedade.

O presente trabalho trata-se do desdobramento da pesquisa em andamento intitulada “A representação arquivística no acervo institucional da FCRB: um olhar sobre a produção documental do Museu Casa de Rui Barbosa” que integra o Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura (PIPC) da FCRB.

A investigação se justifica no reconhecimento do valor informacional e histórico do acervo institucional da FCRB, na proximidade da efeméride dos 100 anos do MCRB e no alinhamento com o objetivo estratégico da Fundação relacionado à divulgação e à preservação do acervo e da memória do seu patrono, Rui Barbosa.

Com isso, além de analisar a documentação, pretende-se delinear uma proposta de atualização dos instrumentos de pesquisa, que deverão subsidiar ações de difusão do acervo documental da FCRB, especialmente no que diz respeito à atuação do Museu como patrimônio cultural e arquitetônico. Os resultados esperados do projeto envolvem o fortalecimento da memória institucional, a valorização da trajetória do Museu e o incentivo à consulta e uso do acervo institucional.

2 A FCRB e o Arquivo como espaços de preservação/representação

A Fundação Casa de Rui Barbosa, criada como um espaço de preservação da memória de Rui Barbosa e de sua época, consolidou-se também como uma instituição arquivística de relevância nacional. É uma das primeiras instituições a implantar um serviço de arquivo com procedimentos da gestão documental, antes da Lei de Arquivos (8.159/1991), possuindo código de classificação e tabela de temporalidade próprios e adequados às funções e atividades da Fundação. Desde sua origem, os arquivos têm ocupado lugar central na estrutura institucional da FCRB, não apenas como repositórios documentais, mas como instrumentos de construção de identidade, de memória e de serviço público à sociedade (Mello & Mendonça, 1997).

O Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI) é o setor que responde, desde 1989, pela política de gestão de documentos da FCRB e pelo sistema de arquivos com protocolo centralizado realizando o recebimento e o registro dos documentos, classificação de documentos nas fases da produção e do arquivamento, controle da tramitação, processamento técnico e difusão do acervo institucional por meio de instrumentos de pesquisa que garantem o acesso público à informação atualizados anualmente. Conforme regimento interno, o SAHI é a autoridade arquivística da FCRB e desempenha ações estratégicas na formulação de diretrizes de acesso à informação e transparência ativa e passiva. Abaixo seguem as XII (doze) atribuições

da unidade, previstas no artigo 32 do Regimento Interno da FCRB, conforme Portaria nº 23/2024:

Art. 32. Ao Serviço de Arquivo Histórico e Institucional compete: I. gerir, processar tecnicamente, preservar, ampliar e promover o arquivo de Rui Barbosa, de seus contemporâneos e de outras personalidades importantes para a história cultural, social e científica do País; II. gerir, processar tecnicamente, preservar, ampliar e promover os documentos institucionais produzidos e recebidos pela FCRB em decorrência do exercício de suas atividades, custodiados pela FCRB, quaisquer que sejam os formatos e suportes da informação ou a natureza dos documentos, de acordo com a política nacional de arquivos; III. integrar o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal - SIGA, como órgão seccional; IV. atuar como única unidade protocolizadora e responsável pela gestão de documentos institucionais; V. propor diretrizes e normas para a produção, manutenção, preservação, acesso, reprodução e uso dos documentos arquivísticos em qualquer formato e suporte; VI. promover atividades de natureza científica, acadêmica e cultural, visando inclusive à qualificação profissional, em sua área de atuação; VII. promover a democratização do acesso à diversidade cultural, ao conhecimento, e à reflexão sobre a história e cultura brasileira para e com a sociedade por meio de seus acervos; VIII. propor, planejar e normatizar, em articulação com o Serviço de Tecnologia da Informação, sistemas para o tratamento, preservação e recuperação da informação, referentes aos acervos sob sua guarda; IX. acompanhar, orientar e executar atividades relativas aos estágios e às bolsas de pesquisa em sua área de atuação; X. propor procedimentos, gerenciar e exercer a gestão técnica do software de processos administrativos digitais;

XI. promover, gerenciar, propor diretrizes e normas para a preservação digital dos documentos arquivísticos nato digitais e dos representantes digitais dos acervos arquivísticos da FCRB; e XII. executar e controlar procedimentos administrativos necessários à realização de suas atividades, que estejam no âmbito do setor. Parágrafo único. O Serviço de Arquivo Histórico e Institucional é a autoridade arquivística da FCRB (Fundação Casa de Rui Barbosa, 2024).

Conforme evidenciado acima, a atuação arquivística na Fundação se organiza a partir de duas linhas de acervo: o histórico, com destaque para o arquivo pessoal de Rui Barbosa – composto por cerca de 60 mil documentos – e o institucional, que registra as atividades técnico-administrativas da própria Fundação, abrangendo aproximadamente 200 metros lineares. Essa separação de fundos reflete não só a natureza dos documentos, mas também os diferentes papéis que o arquivo desempenha: de um lado, o compromisso com a história nacional; de outro, a responsabilidade para com a gestão documental.

Cabe salientar o reconhecimento da unidade como a autoridade arquivística institucional e, nesse lugar, atua no apoio à formulação de políticas e procedimentos de acesso à informação, preservação e difusão dos acervos arquivísticos.

O trabalho e a preocupação do SAHI enfatizam a importância da representação documental não apenas como reflexo direto das atividades desenvolvidas, mas como representação persistente, capaz de expressar os contextos institucionais, políticos e sociais que permeiam a produção documental – uma concepção que dialoga diretamente com a teoria proposta por Geoffrey Yeo (2007; 2008).

A representação que o documento arquivístico proporciona por meio de sua persistência, evidencia as atividades desenvolvidas por seu produtor, pois registram, comprovam e atestam formalmente o que foi entregue e em

que contexto (econômico, político, funcional, administrativo e de uso).

A compreensão da FCRB como espaço de preservação e representação institucional também encontra respaldo na análise de Oliveira e Silva (2015), que destacam a relevância dos arquivos institucionais como elementos de coesão e afirmação da identidade organizacional. Para as autoras, os arquivos são espaços estratégicos de informação, cuja função ultrapassa a simples guarda documental e se estende à mediação da memória institucional, da transparência e da cidadania,

[...] os arquivos dessas instituições não podem ser vistos apenas como repositórios de documentos administrativos, mas como acervos que contribuem para a construção do conhecimento e para a afirmação institucional (Oliveira & Silva, 2015, pp. 43).

Nesse contexto, reforçamos a ideia de que o SAHI não atua apenas como gestor de documentos, mas como curador das narrativas administrativas, culturais e científicas da Fundação.

Ao lançar um olhar sobre os documentos como representações persistentes da atuação do Museu, a pesquisa insere-se em uma tradição já consolidada de valorização dos arquivos como meios de preservação da memória institucional e como instrumentos de interlocução entre o passado e o presente.

3 Arquivologia contemporânea: representação, documento e memória

A discussão sobre representação arquivística, contexto de produção do documento e a possibilidade de acionamento da memória por meio dos documentos requer, antes de tudo, a compreensão do que se entende, neste trabalho, por documento arquivístico.

Duranti (2005) define o documento arquivístico como

[...] qualquer documento criado (produzido ou recebido e retido para ação ou referência) por uma pessoa

física ou jurídica ao longo de uma atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade (Duranti, 2005, pp. 7).

Essa definição destaca a organicidade do documento em relação à atividade que o originou, conferindo-lhe valor probatório, funcional e administrativo.

Complementando essa perspectiva, Oliveira (2017) amplia a compreensão ao enfatizar o papel social e simbólico desses documentos.

Documentos de arquivo são produzidos para dar cumprimento a uma atividade e estão ligados às razões que justificam sua produção, ou seja, sem nenhum comprometimento prévio com o legado. Os documentos de arquivo são gerados e mantidos por seu produtor (o responsável pela criação de um arquivo; o seu próprio) para atender às suas necessidades cotidianas de comprovar, de lembrar, de se relacionar, enfim, de exercer o seu lugar na sociedade (Oliveira, 2017, pp. 80).

Essa abordagem contribui para o entendimento de que os documentos arquivísticos são evidências dinâmicas das práticas institucionais e sociais, cuja significância transcende o valor imediato de sua produção, representando não somente sua atividade produtora, cumprindo/comprovando as ações que o originaram, mas também os contextos institucionais e sociais que circunscrevem a produção documental.

O debate contemporâneo na arquivologia tem enfatizado a complexidade que envolve a definição, o tratamento e a significância dos documentos de arquivo. Nesse cenário, a FCRB oferece um contexto produtivo para refletir sobre representação arquivística e gestão da informação.

Essa abordagem conceitual torna-se particularmente relevante quando consideramos e analisamos os procedimentos de gestão documental aplicados ao acervo institucional da FCRB. A preocupação com o tratamento da documentação do MCRB,

objeto empírico desta pesquisa, está na noção de que o documento arquivístico é uma representação persistente de uma ação ou contexto institucional, conforme discutido por Geoffrey Yeo (2015). Essa representação, contudo, carrega significados que variam de acordo com os contextos sociais, históricos e administrativos nos quais o documento é produzido, utilizado e avaliado. Yeo (2007) aponta que determinados conceitos como "significância" e "identidade" não são fixos, mas construções sociais, sujeitas à interpretação dos diferentes usuários envolvidos no uso e na gestão dos arquivos.

O autor argumenta ainda:

Os registros podem ser caracterizados como representações persistentes de atividades, criadas por participantes ou observadores. [...] Mas os registros são persistentes no sentido de que perduram além do término temporal das atividades que representam. Sua durabilidade lhes confere o potencial de serem compartilhados e transmitidos ao longo do tempo e do espaço (Yeo, 2007, pp. 337, tradução nossa).

Essa noção de persistência amplia a compreensão dos documentos arquivísticos para além da função administrativa, reconhecendo-os como registros simbólicos e duradouros das práticas institucionais.

A análise de documentos de determinada instituição precisa de um olhar cuidadoso e voltado para o contexto institucional. O que está em questão não é apenas o conteúdo documental, mas a forma como esse conteúdo é representado e compreendido dentro de um contexto. Como sinalizado por Jardim (2015), a gestão de documentos precisa considerar a diversidade de tradições arquivísticas e adaptar metodologias às especificidades de cada instituição, sobretudo em países como o Brasil, onde a aplicação de normas internacionais, como a ISO 15489 (2016; 2020), ainda demanda adequações conceituais e operacionais.

A prática adotada pelo SAHI, ao sistematizar os procedimentos de classificação, tramitação,

destinação e acesso aos documentos institucionais da FCRB, exemplifica uma abordagem integrada, que busca equilíbrio entre os modelos clássicos (teoria das três idades) e propostas contemporâneas (*records continuum*).

Dessa forma, a dualidade entre proveniência e classificação por assunto, discutida por autores como Duff e Harris (2002), também se manifesta no contexto da FCRB, uma vez que seus arquivos conjugam características de documentos administrativos e históricos. Compreender essas nuances é essencial, especialmente ao lidar com documentos produzidos em e/ou para eventos comemorativos, como o centenário do Museu, nos quais a intencionalidade simbólica se entrelaça à função administrativa.

Outro ponto relevante diz respeito à crítica à abordagem funcional, levantada por Sousa (2022), que evidencia os limites práticos da abstração conceitual quando dissociada das rotinas reais dos usuários. Isso reforça a importância de considerar os contextos institucionais específicos na construção de planos de classificação, e de pensar os usuários durante o processo.

Nesse sentido, pensar a classificação funcional como uma possível abstração intelectual ganha relevância quando analisamos os desafios enfrentados na FCRB. A instituição, ao aplicar modelos normativos de classificação, precisa constantemente ajustar essas estruturas às especificidades da sua produção documental, que está fortemente ligada a práticas culturais, educativas e de pesquisa. Como destaca Sousa (2022, pp. 10),

[...] a produção documental nas instituições não ocorre, necessariamente, de forma estruturada a partir de funções e atividades claramente delimitadas.

E isto exige uma abordagem flexível e contextualizada; requer abertura, adaptação e revisão contínua – práticas que o SAHI vem buscando implementar.

Isso posto, a análise dos documentos do MCRB não se resume a sua organização formal. Ela

envolve o reconhecimento de que esses registros são testemunhos das práticas institucionais e meios de construção da memória organizacional, cuja relevância depende do olhar de quem os interpreta.

A representação arquivística, conforme se evidenciou ao longo da pesquisa, não é um reflexo neutro das atividades institucionais, mas uma construção mediada – e essa mediação é operada, em grande medida, pelos profissionais que atuam na organização, descrição e acesso aos documentos. No contexto da FCRB, o papel do SAHI não se limita à execução de tarefas técnicas, mas envolve escolhas que influenciam diretamente a forma como a trajetória do Museu Casa de Rui Barbosa será lembrada e reinterpretada.

A seleção de documentos, a classificação adotada, os critérios descritivos utilizados, os termos preferenciais e os contextos registrados são decisões que carregam valores, intencionalidades e visões institucionais. Como apontam Cook e Schwartz (2002), os arquivistas são “autores invisíveis” das narrativas documentais, pois atuam na interface entre os registros e os futuros leitores, atribuindo significados e estabelecendo relações.

Ao reconhecer os arquivistas como coautores dessa representação, reforça-se a importância de abordagens reflexivas e éticas na gestão documental, que considerem a diversidade de perspectivas, os usos sociais dos arquivos e o direito à memória. Esse olhar crítico é essencial, especialmente quando se trata de instituições culturais públicas, cuja legitimidade está profundamente ligada à forma como constroem e compartilham sua própria história.

Nesse sentido, o trabalho do SAHI – ao reclassificar documentos, atualizar instrumentos de pesquisa e propor reorganizações do acervo – participa ativamente da escrita da história institucional da FCRB, uma vez que as atividades desenvolvidas pelo Museu Casa de Rui Barbosa envolvem ações educativas, culturais e de

preservação patrimonial que nem sempre se encaixam facilmente nos esquemas funcionais tradicionais.

A fundamentação teórica apresentada oferece os elementos conceituais necessários para compreender como a representação documental se constrói dentro de instituições públicas, em especial no âmbito de arquivos institucionais como o da FCRB. A análise proposta pela pesquisa visa não apenas mapear um conjunto documental, mas compreender suas múltiplas camadas de significação, indo além da representação puramente sob uma perspectiva técnico-funcional (Yeo, 2008; 2007), buscando-se trabalhar e entender a representação arquivística através de uma dimensão mais discursiva, cultural e simbólica, não adotando somente uma abordagem.

4 Dimensões da representação arquivística: abordagens funcional, cultural e política

A compreensão da representação arquivística exige uma abordagem multifacetada, principalmente quando estamos lidando com acervos como os da FCRB.

Para trabalhar com esses acervos institucionais, precisamos ser capazes de integrar perspectivas técnicas, culturais e sociais sobre os documentos e suas funções nas instituições.

Nesse sentido, compreender a abordagem funcional, centrada na gestão documental e nos princípios normativos internacionais; a dimensão cultural-institucional, que considera os documentos como expressões da identidade e da memória organizacional; e, por fim, a perspectiva político-social, que entende os arquivos como construções discursivas e instrumentos de poder simbólico, é fundamental para sustentar a análise crítica de como os documentos do MCRB não apenas registram, mas também produzem sentidos sobre a atuação institucional da FCRB, influenciando a forma como ela é lembrada, interpretada e acessada.

A primeira abordagem da representação arquivística, entendida como funcional, está alicerçada em modelos normativos que visam garantir a confiabilidade, a autenticidade e o acesso aos documentos ao longo do tempo. Nessa perspectiva, os documentos arquivísticos são entendidos como registros estruturados de atividades administrativas, produzidos no decorrer das funções institucionais e classificados segundo sistemas de gestão documental baseados em funções e atividades, cuja existência transcende o momento de sua criação (Yeo, 2007; 2008).

Além disso, o conjunto de normas técnicas, especialmente a ISO 15489 (2016; 2020), fornece fundamentos conceituais e operacionais para o tratamento documental, estabelecendo diretrizes para a classificação, tramitação e destinação dos documentos. No caso da FCRB, essas diretrizes orientam o trabalho do SAHI, evidenciando a centralidade da abordagem funcional na organização do acervo institucional. Essa dimensão, embora essencial, não esgota as possibilidades interpretativas dos documentos, exigindo a ampliação do olhar para outros níveis de análise.

Na perspectiva cultural-institucional, os documentos arquivísticos são compreendidos como artefatos simbólicos que expressam a identidade das instituições que os produzem, refletindo suas práticas, valores e objetivos sociais. Essa abordagem reconhece que os arquivos não são meros depósitos neutros de informação, mas espaços de construção ativa de memória organizacional. A FCRB, com sua trajetória centenária voltada à cultura, à pesquisa e à preservação patrimonial, constitui um campo fértil para essa leitura.

Autores como Jardim (2015) e Mello & Mendonça (1997) demonstram que os arquivos institucionais da FCRB desempenham papel central na configuração de sua identidade pública e na comunicação de sua missão institucional à sociedade. Os documentos do MCRB, em particular, registram ações de aquisição, preservação e difusão cultural que compõem não apenas a história da instituição, mas também sua

narrativa simbólica diante de sua atuação na sociedade. Assim, a representação arquivística é aqui entendida como uma prática cultural, que participa da constituição da memória e do imaginário social sobre a instituição.

A terceira dimensão proposta comprehende os arquivos como construções sociais e políticas que participam da formação e legitimação de narrativas institucionais. Esse olhar é fundamentado em abordagens críticas que questionam a aparente neutralidade da prática arquivística e investigam os modos como os documentos podem refletir relações de poder, silenciamentos e disputas de memória. Segundo autores como Ketelaar (2001) e Duff & Harris (2002), os arquivos não apenas documentam o passado, mas o interpretam, o enquadram, o justificam e o tornam inteligível segundo certas lógicas institucionais ou ideológicas.

Nesse sentido, Ketelaar (2001, pp. 131) enfatiza:

Os fundos arquivísticos, os documentos de arquivo, as instituições arquivísticas e os sistemas arquivísticos contêm narrativas tácitas que precisam ser desconstruídas para que se compreendam os significados dos arquivos.

Essa perspectiva reforça que a representação arquivística envolve não apenas a seleção e preservação de registros, mas também a mediação simbólica e cultural dos sentidos atribuídos aos documentos, suas ausências e suas camadas de significação.

No caso da FCRB, considerar essa dimensão implica refletir sobre as escolhas institucionais que orientaram a produção, a seleção e a descrição dos documentos ao longo dos anos. Quais ações são mais documentadas? Quais ações são menos documentadas? Quais as responsabilidades do museu a partir de seus regimentos? Essas “obrigações” foram cumpridas? As respostas a essas questões estão alicerçadas na representação arquivística que, nesse contexto, é também uma prática discursiva, que molda a forma como a

instituição é percebida – por seus próprios agentes, pelo poder público e pela sociedade.

Essas três dimensões não são mutuamente excludentes, mas se entrecruzam no cotidiano da prática arquivística institucional. Reconhecer suas especificidades e interações permite aprofundar a análise da documentação do Museu Casa de Rui Barbosa e da atuação da FCRB como espaço de memória, gestão e representação cultural, assim como abre caminhos para enxergar o arquivo da instituição, o SAHI, como um setor estratégico, responsável por tratar, preservar e difundir a história da FCRB através do mapeamento da documentação e da promoção de ações de difusão socioculturais.

5 Metodologia

A metodologia desenvolvida é caracterizada como descritiva e qualitativa. A investigação descritiva, nesta ocasião, fundamenta-se por promover, através do conceito da representação arquivística, a relação entre o arquivo e a produção documental do MCRB. Já a pesquisa qualitativa, segundo Minayo (1993), preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada e trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Ademais, para operacionalizar os objetivos da pesquisa, serão utilizados os seguintes procedimentos: revisão de literatura – para construir os fundamentos teóricos acerca da representação arquivística, identificação, contexto arquivístico, gestão de documentos e difusão de acervos; e a análise documental – como ferramenta metodológica para a identificação dos documentos recolhidos, a atualização e a pesquisa nos instrumentos de pesquisa do acervo institucional do SAHI. Logo, a metodologia empregada combina a análise teórica através da revisão bibliográfica com a análise dos documentos e instrumentos de pesquisa sobre o acervo da FCRB.

6 A documentação do Museu Casa de Rui Barbosa custodiada no arquivo institucional

A análise da documentação produzida pelo Museu Casa de Rui Barbosa revela mais do que um registro administrativo das atividades museológicas. Ao organizar, classificar e interpretar documentos – como relatórios de atividades, registros e procedimentos de restauração, exposições e ações culturais – a pesquisa tem evidenciado como essa produção documental atua como agente ativo para o acionamento da memória institucional da FCRB.

A documentação em análise na pesquisa foi recolhida para o arquivo institucional da FCRB. Após o recolhimento do conjunto documental, procedeu-se ao seu processamento técnico arquivístico com as seguintes atividades: higienização, identificação da atividade produtora do documento, classificação conforme o Código de Classificação da Fundação aposto do canto superior esquerdo do documento, acondicionamento em papel neutro, ordenação cronológica e formação de dossiês por código de classificação. Após a formação dos dossiês, os documentos são registrados no instrumento de pesquisa *Inventário do arquivo permanente* do acervo institucional.

A partir da análise dos documentos do MCRB, até o momento, identificamos e classificamos os assuntos presentes no quadro 1.

O quadro 1, abaixo, apresenta os códigos de classificação atribuídos aos documentos analisados, conforme o manual de classificação de documentos por assunto do SAHI (Mello & Mendonça, 1997).

Quadro 1: Amostra de documentos identificados e classificados

nº	Classificação
1.4	Relatório de Atividades
1.9.5	Obras de Conservação e Restauração

1.9.9.2	Furto. Arrombamento. Extravio
2.1.4	Exposições
2.1.7	Comemorações. Homenagens
2.6	Semana da Cultura
5.7.1	Aquisição de acervo
5.7.1.1	Recebimento de Doação de acervos
5.7.1.2	Compra de Acervo
5.7.2	Acesso aos acervos e às informações
5.7.2.1	Consultas. Pesquisa Bibliográfica ou Documental
5.7.2.2	Empréstimo de acervos
5.7.3	Preservação dos acervos
5.7.3.4	Restauração
5.7.6	Processamento Técnico
5.7.8.2	Fotografia. Fita de Vídeo. Filme. Fita Sonora

Fonte: Elaboração própria (2025).

O quadro 1 registra os códigos de classificação dos documentos identificados durante o processamento técnico do acervo. Mais do que uma listagem técnica, esses códigos refletem uma lógica institucional de organização do conhecimento, revelando prioridades, valores e práticas que moldam a forma como a memória institucional é construída e representada. Como destaca Geoffrey Yeo (2007), a classificação documental é também uma prática de mediação simbólica – aquilo que se nomeia, estrutura-se; o que se omite, tende ao apagamento.

A predominância de documentos sob a série “5.7 – Gestão de acervos culturais” (especialmente 5.7.3.4 – Restauração e 5.7.6 – Processamento técnico) sugere uma atuação institucional fortemente orientada para a

preservação e organização de seus objetos museológicos. Essa ênfase evidencia não apenas uma preocupação com a integridade física dos bens, mas também com a construção de um discurso patrimonial que posiciona a FCRB como guardiã da memória nacional. Nesse sentido, a escolha de restaurar, descrever e catalogar determinados itens é também uma forma de atribuir valor e sentido, o que aproxima essas ações da dimensão cultural da representação arquivística (Jardim, 2015; Oliveira, 2017).

O código “1.4 – Relatórios de atividades” oferece outro ponto de reflexão. Ele reúne documentos que articulam os discursos institucionais em torno das ações do MCRB, permitindo observar como o Museu vem se apresentando ao longo do tempo. Sua análise revela uma transformação nas formas de narrar a missão institucional: se, nos primeiros registros, há um foco na manutenção do acervo de Rui Barbosa, nas décadas mais recentes, emergem ações educativas e de mediação cultural. Essa mudança de escopo reflete a ampliação da função social do Museu, bem como a influência de contextos político-culturais mais amplos – o que reforça a ideia de que os arquivos não apenas documentam, mas também interpretam e moldam a memória (Ketelaar, 2001).

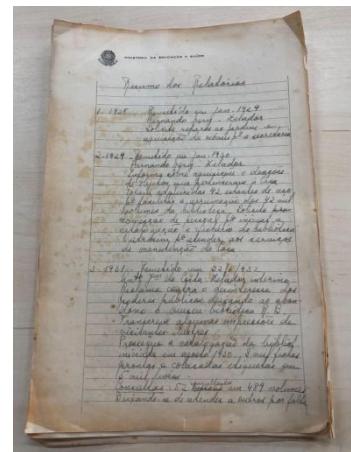
A série “2.1 – Exposições e homenagens” nos permite perceber as estratégias de comunicação simbólica da instituição, evidenciando sua intenção de se projetar publicamente como espaço de cultura e diálogo com a sociedade. A recorrência desses documentos, associados à realização de eventos e efemérides, sugere uma preocupação crescente com a imagem pública, a disseminação da memória de Rui Barbosa e a legitimação de suas práticas.

Dessa forma, os códigos de classificação não devem ser compreendidos como instrumentos neutros, mas como elementos ativos da representação arquivística. Eles organizam os documentos, mas também refletem decisões políticas, simbólicas e culturais sobre o que é registrado, como é descrito e com que finalidade será acessado no futuro.

Até o momento, foram identificados e classificados 140 documentos

Os documentos do MCRB, sobretudo os relatórios de atividades (classificação 1.4), figura 1, e os registros de comemorações e exposições (2.1.7 e 2.1.4), que analisados nos permitiram perceber alguns pontos de atenção, como exemplificado no documento abaixo:

Figura 1: Relatórios de Atividades (1928-1955)



Fonte: AFCRB 1.4. Foto: Elaboração própria (2025).

Destacamos do documento acima o seguinte trecho:

2 – 1929 - Informa sobre aquisições e doações de objetos que pertenceram à Casa. Foram adquiridas 42 estantes de aço para facilitar a arrumação dos 42 mil volumes da biblioteca. Solicita nomeação de pessoa para iniciar a catalogação e fichário da biblioteca. Outrossim para atender aos serviços de manutenção da casa (Arquivo permanente FCRB 1.4).

O documento manuscrito apresentado é uma fonte histórica de elevado valor simbólico e informativo, pois oferece uma narrativa contínua da atuação institucional em seus primeiros anos de funcionamento. A menção à aquisição de obras, à catalogação do acervo e à manutenção das instalações indica práticas arquivísticas e biblioteconómicas iniciais que marcaram o período de consolidação da Fundação. Sua análise contribui para a compreensão das estratégias de organização

interna, da evolução das práticas de gestão do acervo e da própria trajetória da instituição enquanto agente promotor da cultura e da educação.

A análise do relatório de atividades (classificação 1.4), desde os primeiros anos de funcionamento do Museu (1928–1955), revela uma demanda institucional dedicada prioritariamente à organização interna do acervo, à conservação da edificação e à catalogação de obras. Os primeiros registros manuscritos, como apresentado na figura 1, mostram uma linguagem factual, com foco na execução de tarefas. Já os relatórios produzidos em décadas posteriores passam a incorporar reflexões sobre a função social do Museu, com ênfase em ações educativas, produção científica e participação em eventos culturais.

Esses deslocamentos discursivos refletem, em parte, os movimentos internos de renovação institucional, acessibilidade e função social dos museus. Conforme destaca Yeo (2007), a representação arquivística não é estática, mas continuamente renegociada conforme os contextos sociais e institucionais se transformam.

Essa mudança de escopo narrativo não é meramente operacional: ela reflete a reconfiguração da própria identidade da FCRB enquanto instituição cultural. Conforme destaca Geoffrey Yeo (2007), os documentos arquivísticos são representações persistentes que carregam as marcas dos contextos nos quais foram produzidos. Assim, os relatórios de atividades funcionam como registros discursivos que refletem a evolução institucional de atividades da Fundação ao longo do tempo, tornando-se também ferramentas de legitimação pública.

Essas transformações revelam um remodelamento da missão institucional da FCRB, que deixa de ser apenas um espaço de custódia e passa a se consolidar como instituição de guarda e acesso aos seus acervos, pesquisa e cultura. O documentos arquivísticos – em sua função de

representações persistentes das atividades desenvolvidas pelo MCRB – acompanham e modelam transformações institucionais e o interesse social sobre o museu, articulando representação, identidade e legitimização social.

6.1 Os documentos como construção ativa da história institucional

A documentação classificada sob os códigos “5.7.6 – Processamento técnico” e “5.7.3.4 – Restauração” ilustra com clareza o papel ativo dos documentos na construção da história institucional. Esses registros não apenas descrevem ações realizadas, mas também moldam a narrativa sobre o que deve ser lembrado, valorizado ou esquecido. Fotografias de acervos, projetos de catálogo, relatórios técnicos e fichas catalográficas são exemplos de documentos que carregam uma função interpretativa, cultural e educativa.

Nesse sentido, a representação arquivística cumpre um papel de mediação entre os fatos e os sentidos atribuídos a eles, funcionando como uma camada interpretativa que estrutura a memória institucional. Tal leitura ecoa as contribuições de Eric Ketelaar (2001), ao afirmar que os arquivos são “locais de construção de significados” e não apenas depósitos neutros de documentos.

O arquivo é uma ativação infinita do registro. Cada ativação deixa impressões digitais que se tornam atributos do significado infinito do arquivo. Como escreve David Bearman: Quando fazemos a incorporação, transferência, organização, descarte, documentação e inventário de materiais arquivísticos, modificamos seu caráter ao mesmo tempo em que ampliamos seu valor evidencial e informacional. Os fatos do processamento, da exposição, da citação, da publicação e de outras formas de gestão dos registros tornam-se significativos para o seu sentido como registros [...] (Bearman, 1994 *apud* Ketelaar, 2001, pp. 137, tradução nossa).

Isso reforça a ideia de que os arquivos não apenas refletem o passado, mas o (re)constroem continuamente por meio de interpretações, usos e recontextualizações sucessivas.

Uma evidência notável das mudanças nos processos de representação arquivística ao longo do tempo está nas transformações observadas na documentação de processamento técnico do acervo museológico, particularmente nas fichas catalográficas. Nas primeiras décadas de funcionamento do MCRB, predominavam fichas manuscritas com descrições breves, frequentemente centradas em critérios estéticos, origem e estado físico dos objetos. Com o tempo, essas fichas foram sendo substituídas por registros mais detalhados, que incorporam elementos interpretativos, histórico-contextuais e referenciais museológicos.

As fichas de catalogação evoluíram para registros mais robustos, que incorporam vocabulários controlados, metadados descritivos e contextos históricos dos objetos. Essa mudança molda uma nova abordagem de representação do acervo, aproximando-se de práticas museológicas contemporâneas e demonstrando a função do processamento técnico como um espaço discursivo e curatorial.

Essa mudança não é apenas formal: ela indica uma virada epistemológica na forma como o acervo é compreendido, descrito e apresentado ao público e à comunidade científica. A padronização da linguagem, a adoção de vocabulários controlados e a integração com bases digitais refletem um esforço institucional de reposicionar o Museu como agente produtor de conhecimento, e não apenas como conservador de objetos. Nesse sentido, as fichas catalográficas – tradicionalmente tratadas como instrumentos técnicos – podem ser lidas como documentos de representação, que participam ativamente da construção narrativa do MCRB, revelando tanto os objetos quanto os olhares institucionais que os descrevem.

Esses documentos indicam uma virada na forma de representação do acervo, onde o processamento técnico não se limita a uma função administrativa, mas atua como mediação simbólica entre o objeto e o público. A ficha torna-se narrativa, explicativa, e, em certa medida, educativa. Isso reforça a ideia de que a documentação de acervo é também um lugar de interpretação institucional, e não apenas de controle.

Essa evolução documental dialoga diretamente com a concepção de Geoffrey Yeo (2007), ao enfatizar que os documentos arquivísticos não apenas conservam dados sobre ações passadas, mas expressam os modos de ver, classificar e atribuir sentido próprios de cada momento histórico da instituição. Além disso, demonstra como a representação arquivística é permeada por critérios técnicos, mas também por intenções comunicativas e culturais.

A documentação relativa às ações de preservação e restauração também apresenta variações significativas ao longo do tempo, revelando mudanças nos modos de registrar, valorizar e representar essas intervenções.

Em determinados períodos, especialmente em momentos de maior investimento institucional, os arquivos guardam relatórios técnicos detalhados, com fotografias de antes e depois, plantas de arquitetura, descrições minuciosas dos danos encontrados e justificativas para as decisões tomadas. Esses documentos não apenas atestam tecnicamente os procedimentos realizados, mas também narram a preocupação da instituição com a conservação patrimonial e com a transparência, fortalecendo sua imagem pública como guardião da memória nacional.

Em outros momentos, no entanto, observa-se uma redução na densidade documental dessas ações, com a guarda apenas de relatórios sucintos ou, mais drasticamente, apenas das notas fiscais referentes à contratação de serviços ou compra de materiais. Essa mudança pode estar relacionada à escassez de recursos e pessoas, à rotatividade de equipes

técnicas ou mesmo a uma reconfiguração das prioridades institucionais.

Essa alternância entre documentação detalhada e registros fragmentários é sintomática da dinâmica da representação arquivística: aquilo que se guarda (e como se guarda) não é apenas reflexo de uma ação técnica, mas expressão de uma decisão institucional sobre o que merece ser lembrado, legitimado ou invisibilizado no escopo da equipe produtora dos documentos, no caso ora em análise, do MCRB.

Essas variações demonstram como os arquivos não apenas registram as ações da instituição, mas também os ciclos de investimento e desinvestimento simbólicos em determinadas áreas. Como afirma Oliveira (2017), os arquivos revelam tanto os “feitos” quanto os “silêncios” das instituições – e a documentação de preservação do MCRB espelha esses movimentos. A ausência de documentação detalhada em determinados momentos não significa apenas um hiato informacional, mas uma lacuna de representação, que afeta diretamente a forma como o passado da instituição poderá ser acessado e interpretado no futuro.

Ao analisarmos esses contrastes documentais, observamos que os arquivos não são apenas instrumentos de controle, mas espelhos parciais e seletivos de práticas, valores e visões de mundo institucionais. Essa constatação reforça a necessidade de abordagens arquivísticas que considerem os documentos como construções sociais – sempre situadas e intencionais – como defendido por Yeo (2007).

6.2 Análise do conjunto documental

No escopo da fase atual, que trata os conjuntos documentais referentes aos anos 1929 a 2009, a pesquisa também tem identificado lacunas e fragmentações no acervo que sugerem hiatos no registro das atividades institucionais. A desorganização de documentos relacionados à restauração e a ausência de registros completos sobre determinadas reformas, gestões ou eventos indicam que nem todas as

ações foram igualmente representadas. Esse desequilíbrio pode revelar que a representação arquivística está sujeita a contingências materiais, políticas e institucionais.

Como aponta Oliveira (2017), os arquivos também expressam os silêncios das instituições. As escolhas sobre o que manter, descrever ou priorizar são marcadas por relações de poder, limitações técnicas e contextos organizacionais. No MCRB, os períodos de transição administrativa ou escassez de recursos podem se revelar na quantidade de documentos recolhidos e em seus conteúdos, dificultando a reconstituição cronológica e funcional de determinadas ações. Nesse sentido, a classificação documental se torna aqui um indicador para a garantia de uma qualidade fundamental do documento arquivístico: a organicidade.

Durante o tratamento dos documentos, a equipe identificou situações de dispersão documental, especialmente em conjuntos de relatórios e projetos de restauro. Essa ausente organização do conjunto quando do seu recolhimento dificultou a leitura contextualizada dos documentos, o que pode indicar não apenas falhas administrativas, mas conflitos ou descontinuidades nas estratégias de representação dessas atividades. A ausência de registros sobre determinadas reformas, por exemplo, contrasta com a abundância documental de outros momentos similares.

Tais lacunas reforçam a ideia de que os arquivos institucionais não são neutros: eles são seleções e construções de memória, moldadas por decisões conscientes e omissões involuntárias (ou não). Assim, o tratamento arquivístico não se limita à organização física dos documentos: ele é, antes, um exercício crítico sobre como e por que certas narrativas ganham centralidade, enquanto outras são marginalizadas. Isso nos obriga a pensar a atuação arquivística como um campo de responsabilidade ética e social, em que as omissões são tão reveladoras quanto as presenças.

Em síntese, a análise da documentação produzida pelo MCRB evidencia não apenas a diversidade de atividades desenvolvidas e sua relevância histórica e social, mas também os desafios da representação arquivística como prática interpretativa, política e cultural. Esses achados subsidiam a proposta de difusão patrimonial discutida a seguir, ao mesmo tempo em que reforçam a importância da reflexão crítica sobre as formas como se constitui e como se reforça a memória institucional.

7 Difusão e representação: proposta de mostra documental para os 100 anos do MCRB

A partir da análise da documentação institucional do MCRB, identificou-se a relevância de integrar os resultados da pesquisa à prática de difusão cultural da FCRB. Considerando a efeméride do centenário do MCRB, propõe-se a realização de uma mostra documental temática que, além de valorizar o acervo arquivístico institucional, contribua para refletir criticamente sobre os processos de representação documental da memória do Museu.

A proposta parte do pressuposto de que os arquivos não apenas registram eventos, mas constroem narrativas sobre as instituições e seus modos de atuação na sociedade (Yeo, 2007; Oliveira, 2017). Ao organizar documentos como peças expositivas, a mostra visa promover uma leitura ampliada da documentação, o acesso e a possibilidade de apropriação social da documentação produzida que registra os 100 anos de atuação do Museu junto à sociedade e ainda suas ações de preservação do acervo e atendimento ao público.

Entre os eixos temáticos preliminarmente delineados estão:

- Atividades desenvolvidas – com base nos relatórios de atividades (1.4), pretende-se evidenciar as atividades realizadas pelo MCRB ao longo dos

seus 100 anos e referenciar estas atividades com os resultados alcançados ao longo do tempo.

- Preservação e restauro – reunindo relatórios técnicos completos, imagens comparativas e notas fiscais (1.9.5; 5.7.3.4), a mostra abordará a oscilação nos modos de registro e representação das ações de conservação do edifício e do acervo.
- Documentação museológica – com fichas catalográficas (5.7.6) de diferentes períodos, será possível evidenciar a evolução das práticas de processamento técnico, do registro técnico à interpretação museológica.
- Museu e sociedade – utilizando documentos relativos a exposições, homenagens e ações educativas (2.1.4; 2.1.7), este eixo abordará a relação do MCRB com seus públicos e sua atuação como mediador cultural.
- Pesquisa aplicada – serão reunidos os documentos arquivísticos que representam as atividades aplicadas de pesquisa desenvolvida pelos museólogos da FCRB.

A mostra poderá ocorrer em formato híbrido, com versão física e digital, articulando a curadoria documental com instrumentos de mediação educativa. Além de valorizar o trabalho técnico do SAHI, a proposta reforça o compromisso institucional com a memória, o acesso e a transparência, transformando o acervo em objeto de leitura pública e reinterpretação contínua.

8 Considerações finais

As evidências apontam para uma prática institucional voltada à constituição, preservação e disseminação do acervo, em consonância com as tradições arquivísticas e a evolução das normativas e modelos de gestão documental. A investigação revela também a

importância da valorização do contexto histórico e da memória institucional como parte integrante da preservação documental.

O artigo promoveu a reflexão crítica sobre a relação entre práticas arquivísticas e identidade institucional, tomando como base a materialidade dos documentos analisados e a sua contextualização.

A pesquisa realizada até o momento evidenciou o papel central dos documentos produzidos pelo MCRB na construção da memória institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa. Por meio da análise de relatórios, fichas catalográficas, registros de restauro, exposições e ações culturais, foi possível identificar não apenas a diversidade de funções documentais existentes, mas também as múltiplas formas de representação que esses documentos expressam ao longo do tempo.

A fundamentação teórica, baseada especialmente na noção de representação persistente proposta por Geoffrey Yeo (2007), permitiu compreender os documentos como registros que ultrapassam sua função administrativa original e passam a atuar como narrativas estruturantes da identidade institucional. Ao lado disso, as contribuições de autores como Lucia Maria Velloso de Oliveira (2017) e Renato Tarciso Barbosa de Sousa (2022) possibilitaram uma leitura crítica sobre os limites, silenciamentos e disputas presentes nos processos de descrição, classificação e acesso à documentação arquivística.

O tratamento dos documentos do MCRB revelou oscilações importantes nos modos de registrar a atuação institucional, especialmente em áreas como preservação e processamento técnico. Constatou-se, por exemplo, a coexistência de relatórios detalhados com fotografias e justificativas técnicas e de registros fragmentários limitados a notas fiscais, evidenciando variações nos critérios de representação ao longo das décadas. A evolução das fichas catalográficas também aponta para uma ampliação dos sentidos atribuídos aos objetos museológicos,

demonstrando o papel ativo do processamento técnico na mediação cultural.

Esses achados reforçam a necessidade de abordar a documentação arquivística institucional não apenas como repositório de evidências, mas como instrumento de construção simbólica, histórica e política da memória. Nesse sentido, a proposta de realização de uma mostra documental temática sobre os 100 anos do MCRB visa não apenas valorizar o acervo, mas também ampliar sua legibilidade pública, promovendo o acesso e a reflexão crítica sobre as formas de representação arquivística adotadas pela FCRB.

Em sua próxima etapa, a pesquisa buscará aprofundar a análise qualitativa das séries documentais identificadas, revisitar os instrumentos de descrição existentes e estruturar a curadoria da mostra documental proposta, articulando os achados da investigação com práticas de difusão e educação patrimonial. O projeto, assim, avança no sentido de consolidar a interseção entre teoria arquivística, prática institucional e compromisso com a memória de uma instituição pública federal relevante para a área da cultura no Brasil.

9 Referências

- Cook, T. (1997) What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. *Archivaria*, 43, 17-63.
- Cook, T. & Schwartz, J. M. (2002). Archives, Records, and Power: The Making of Modern Memory. *Archival Science*, 2(1-2), 1-19.
- Duff, W. M. & Harris, V. (2002). Stories and Names: Archival Description as Narrating Records and Constructing Meanings. *Archival Science*, 2 (3-4), 263-285.
- Duranti, L. (2005). Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do projeto InterPares. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 4 (1), 5-18.
- Fundação Casa de Rui Barbosa. (2024). Portaria FCRB nº 23, de 22 de novembro de 2024. Institui o Regimento Interno da Fundação

- Casa de Rui Barbosa - FCRB.
[https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/](https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/NPDFViewer?jornal=515&pagina=60&data=02/12/2024&captchafield=firstAccess)
<NPDFViewer?jornal=515&pagina=60&data=02/12/2024&captchafield=firstAccess>
- International Organization for Standardization. (2016). *Information and documentation — Records management — Part 1: Concepts and principles (ISO 15489-1:2016[E])*. ISO. <https://www.iso.org/standard/62542.html>.
- International Organization for Standardization. (2020). *Information and documentation — Records management — Part 2: Guidelines (ISO 15489-2:2020[E])*. ISO. <https://www.iso.org/standard/62543.html>.
- Jardim, J. M. (2015) Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. *Acervo*, 28(2), 19-50. <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/607>.
- Ketelaar, E. (2001) Tacit Narratives: The Meanings of Archives. *Archival Science*, 1, 131–141.
- Mello, M. L. H. L. & Mendonça, L. M. V. de O. (1997). *O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Minayo, M. C. de S. (Org.). (1993). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Vozes*.
- Oliveira, L. M. V. De, & Silva, M. C. S. de M. (2015) Gestão de documentos e acesso à informação: desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa. Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Oliveira, L. M. V. de. (2017). Ação cultural, protagonismo social e o lugar dos arquivos. Em H. F. Gomes & H. F. Novo (Orgs.), *Informação e protagonismo social* (pp. 77-92). EDUFBA.
- Sousa, R. T. B. (2022). A classificação funcional de documentos de arquivo é uma abstração intelectual ou um instrumento prático? *Acervo*, 35(2), 1-21. <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1809>.
- Yeo, G. (2007). Concepts of record (1): evidence, information, and persistent representations. *The American Archivist*, 70(2), 315-343.
- Yeo, G. (2008). Concepts of Record (2): Prototypes and Boundary Objects. *The American Archivist*, 71(1), 118-143.
- Yeo, G. (2015). Proporcionar o acesso à informação no domínio do "records management". Em L. M. V. de Oliveira & M. C. S. de M. Silva (Orgs.), *Gestão de Documentos e Acesso à Informação: desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa*. Fundação Casa de Rui Barbosa.